

- XXXIII -**O REFERENCIAL GRAMSCIANO COMO
POSSIBILIDADE PARA O FORTALECIMENTO DA LUTA
CONTRA-HEGEMÔNICA NO CENÁRIO DA
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA**

Maria do Socorro Silva Cavalcante
SEDUC/PMCG
msscavalcante@hotmail.com

Silmara Cássia Barbosa Mélo
PPGE/UFPB
silmaracassia2008@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho problematiza a política de avaliação em larga escala e a sua hegemonia a nível nacional, como, também, busca ressaltar o referencial gramsciano como possibilidade para se pensar a luta contra-hegemônica no cenário de disputas por projetos formativos, no qual se insere o modelo de avaliação em larga escala.

A avaliação em larga escala assume centralidade a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, com a criação de uma sistemática de avaliação do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, concebida pelo Ministério da Educação (MEC), como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). No ano de 1994, o SAEB é institucionalizado por meio da Portaria N° 1.795, de 27 de dezembro com o objetivo de avaliar a qualidade da educação.

Em 1995 acontece a primeira modificação na sua estrutura metodológica com a inclusão na amostra de análise da rede particular de ensino e a Teoria de Resposta ao Item (TRI)²⁴. Em 2005, passa a se constituir por duas avaliações, a Avaliação Nacional da

²⁴ A TRI é uma metodologia que permite estabelecer a escala de proficiências em Língua Portuguesa e Matemática denominada escala SAEB de proficiências.

Educação Básica (ANEB) mantendo a mesma metodologia utilizada até aquele momento e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), a Prova Brasil.

A partir de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), destinada a avaliar os níveis de leitura e escrita em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental passa a fornecer dados para o SAEB. Além desses instrumentos, taxas de aprovação e reprovação informadas no censo escolar, constituem os elementos que indicam os resultados das escolas, estados e municípios da Federação por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁵.

Com o Decreto Nº 9.432 de 29 de junho de 2018, se amplia a partir do ano de 2019, a política de avaliação com a inserção da avaliação da educação infantil por meio de questionários aplicados aos professores e gestores. O Art. 4º destaca que a política de avaliação da educação básica se constitui dos seguintes instrumentos: o SAEB, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, (ENCEJA) e o Exame Nacional do Ensino Médio, (ENEM) (BRASIL, 2018).

A RELAÇÃO ESTRUTURA SUPERESTRUTURA: POSSIBILIDADES DE FORTALECIMENTO DA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Em termos gramsciano a relação estrutura superestrutura não é mecânica, não está dada, mas se constitui dialeticamente a partir de uma relação de enfrentamentos entre as classes, que envolve perspectivas de mundo e interesses divergentes. Trata-se de um processo eivado de contradições, pois se estabelece a partir do real e este é contraditório. De acordo com Gramsci (1966), o Estado é uma estrutura protagonizada pela sociedade política e sociedade civil, esta como o campo de disputas e lutas, uma arena privilegiada para a construção da hegemonia em torno de projetos sejam da classe dominante ou dos subalternos.

É nesse campo de tensões que se encontram a escola e a política de avaliação. A escola pública como um dos aparelhos por meio do qual o Estado se utiliza para educar o consenso de acordo com as visões de mundo e sociedade da classe dominante. No entanto, esses elementos se constituem em um processo histórico e social pautado a partir da luta de

²⁵ O IDEB foi criado com o Decreto Nº 6.094/2007, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, como indicador da qualidade da educação básica, divulgado periodicamente pelo INEP.

classe, em um cenário real, contraditório, articulado ao modo de produção, aos interesses, projetos formativos e a modelos de sociedade em disputa.

Por outro lado, não se constituem monopólio de uma única visão de mundo, mesmo tratando-se de uma política hegemônica como a avaliação em larga escala. Mas, implica a percepção e o agir tanto dos sujeitos que constroem as políticas, como, daqueles que a põem em prática, os professores, em um cenário de limitações e restrições, pois as avaliações chegam prontas nas escolas e são realizadas, independente, da concepção de avaliação dos professores.

Nesse sentido, a partir da compreensão de que a sociedade civil é o lócus de tensões em que se disputam projetos por meio da guerra de posição e se busca o consenso em torno dos mesmos, há que se pensar, o espaço da escola e o papel do professor como intelectual no fortalecimento da luta contra-hegemônica.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO INTELECTUAL NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

De acordo com Gramsci (1966; 1982), o intelectual orgânico desempenha papel importantíssimo junto a sua classe na construção de outra hegemonia. Articula os elementos e as estratégias de uma nova concepção de mundo crítica e coerente, que capacite as massas a enxergar a realidade e buscar formas de superação. Nesse entendimento, o professor como intelectual orgânico é o articulador e o mediador da luta contra-hegemônica que se constitui no contexto da escola.

Dessa forma, mesmo em um cenário favorável a hegemonia da política de avaliação, ressalta-se a dimensão política do ato educativo que revela a contradição do processo e o papel do professor. O professor como intelectual orgânico é elemento indispensável nesta relação que perpassa o campo da política de avaliação. É o elemento que impulsiona a força da vontade e a guerra de posição como estratégias que tencionam a avaliação em larga escala na busca de se pensar um modelo avaliativo contra-hegemônico.

Retoma-se a avaliação na perspectiva da responsabilização participativa (SORDI; FREITAS 2013), como um modelo avaliativo em contraposição a avaliação em larga escala. Trata-se de uma concepção de avaliação que favorece a horizontalização da participação, diferentemente da avaliação em larga escala, pois requer um processo de negociação, no qual o coletivo da escola e o poder público assumem um compromisso com o projeto pedagógico e com a comunidade escolar. Assim, não se constitui um modelo de avaliação construído de

cima para baixo, que responsabiliza, apenas, o professor e a gestão escolar pelos resultados e que tem ao longo do processo, se aperfeiçoado, com a articulação entre o alcance das metas e premiações ou punições para os profissionais que conseguem ou não alcançá-las.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A avaliação em larga escala é um modelo avaliativo constituído sem a participação dos professores, distante da realidade da escola, mas crível como parâmetro da qualidade da educação básica e que tem se tornado no contexto das escolas, referencial para o processo formativo, tomando como base, os conteúdos de língua portuguesa e matemática.

Nesse quadro, destaca-se a contribuição gramsciana sobre a relação dialética entre estrutura e superestrutura e a sociedade civil como espaço de lutas e disputas, como, também, ressalta-se o papel do professor como articulador da prática pedagógica. Dessa forma, evidencia-se a partir das lacunas do processo e da dimensão ética e política do trabalho pedagógico, que existem possibilidades de se articular a luta contra-hegemônica e se pensar um modelo alternativo de avaliação tendo como principais categorias, a negociação e a participação (SORDI; FREITAS, 2013). Há que se construir formas alternativas de avaliação que considerem o professor como intelectual orgânico, reconhecendo-o como mediador e articulador das relações da sala de aula, dentre as quais, o processo avaliativo. Ressalta-se a guerra de posição como estratégia política para se fortalecer a luta por processos avaliativos, nos quais os sujeitos da escola sejam ouvidos, participem ativamente da sua construção e tenham como objetivo, a qualidade da educação socialmente referenciada nos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9. 432 de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9432.htm. Acesso em: 09 set. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1982.

SORDI, Mara Regina Lemes de; FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização Participativa. **Revista Retratos da Escola**, v. 7, n. 12, p. 87-89, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/263/440>. Acesso em: 07 abr. 2017.